

DISCERNIMENTO EM MEIO À TEMPESTADE: PISTAS ÉTICAS E TEOLÓGICAS PARA TEMPOS DE CRISE

Washington da Silva Paranhos¹

Resumo

Este artigo propõe um conjunto de pistas para o discernimento ético em um contexto de crises multifacetadas, integrando a filosofia moral e a teologia. Em um cenário de incertezas e desafios, a tomada de decisões éticas exige mais do que a simples aplicação de regras; ela demanda reflexão, diálogo e uma postura de responsabilidade fundamentada tanto na razão quanto na fé. Com o objetivo de oferecer um guia prático e reflexivo para a ação, buscamos apontar caminhos de esperança e solidariedade.

Para isso, o método empregado é uma abordagem interdisciplinar que conecta a filosofia moral clássica e contemporânea com a teologia. O texto explora a importância de valorizar a reflexão e o diálogo (Hannah Arendt), priorizar o bem-estar coletivo e discernir os sinais de esperança na sociedade (utilitarismo e teologia dos “sinais dos tempos”). Também abordamos a necessidade de agir com responsabilidade e transparência (Kant), considerar princípios universais (Aristóteles), avaliar as consequências (consequencialismo) e cultivar a sabedoria e a humildade (Levinas). Adicionalmente, elementos teológicos, como a ética da esperança (Jürgen Moltmann), são introduzidos para oferecer novas lentes para a ação moral em tempos de turbulência.

Palavras-chave: Ética; Discernimento; Esperança; Sinais dos Tempos; Solidariedade.

Introdução

Vivemos em uma época marcada por crises constantes — sejam elas econômicas, sociais, ambientais ou de saúde pública. Esses momentos de turbulência desafiam profundamente nossa capacidade de tomar decisões éticas, exigindo reflexão e discernimento. Para além de uma mera turbulência, a crise pode ser vista como um tempo de “kairós”, um momento oportuno, em que a realidade nos convoca a uma resposta significativa e transformadora. O sociólogo Zygmunt Bauman, em sua obra, por exemplo, aborda a “modernidade líquida”, na qual a fluidez das relações e instituições fragiliza os laços sociais, tornando a moralidade um projeto incerto. Em um mundo onde o desalento se propaga e a complexidade das interações humanas se aprofunda, surge uma questão premente: como podemos orientar nossas ações de forma ética e com fé, sem nos rendermos à paralisia ou à desesperança?

Diante desse panorama, o objetivo deste artigo é propor um conjunto de pistas éticas e teológicas que possam servir como um guia para o discernimento em tempos de crise. Busca-se ir além da mera constatação dos problemas, oferecendo ferramentas conceituais e perspectivas que capacitem indivíduos e comunidades a responder aos desafios de forma consciente,

¹ Doutor em Teologia pela Pontificia Università Salesiana (Roma). Professor no Departamento de Teologia da PUC-Rio.

responsável e esperançosa. Acreditamos que a integração da filosofia moral com a teologia pode iluminar caminhos para uma ação ética mais robusta e significativa, capaz de promover o bem-estar coletivo e a dignidade humana mesmo diante das adversidades.

Para alcançar esse objetivo, o método empregado neste estudo é uma abordagem interdisciplinar. Serão articulados conceitos da filosofia moral clássica e contemporânea com a teologia, a fim de construir um arcabouço teórico e prático para o discernimento. Serão explorados pensadores como Hannah Arendt, Immanuel Kant, Aristóteles, John Stuart Mill, Hans Jonas e Emmanuel Levinas, cujas contribuições para a ética fornecem um terreno fértil para a reflexão sobre a responsabilidade individual e coletiva. Paralelamente, serão introduzidos e desenvolvidos conceitos teológicos, como a ética da esperança de Jürgen Moltmann, a teologia dos “sinais dos tempos” do Concílio Vaticano II e a teologia da criação, que oferecem uma dimensão transcendental e de sentido para a ação ética. A seguir, apresentamos algumas pistas, fundamentadas nessa rica interlocução entre saberes, que podem ajudar nesse processo de discernimento e na busca por caminhos de esperança possíveis em meio à tempestade.

1. Valorizar a reflexão e o diálogo

Em tempos de crise, a precipitação é um dos maiores perigos. A velocidade da informação e a polarização social muitas vezes nos impulsionam a reagir de forma impulsiva, sem o tempo necessário para analisar a complexidade dos problemas. É nesse contexto que a reflexão e o diálogo se tornam, portanto, atos de resistência ética. Eles nos permitem frear o impulso da reação imediata e cultivar a capacidade de pensar de forma crítica e cuidadosa.

A filósofa Hannah Arendt nos oferece um arcabouço teórico robusto para entender essa importância. Para Arendt, a verdadeira política e a ética se manifestam no espaço público, um lugar onde os indivíduos se encontram e se expressam através da fala e da ação. É nesse espaço que o diálogo ganha vida, não como uma simples troca de opiniões, mas como um encontro de perspectivas plurais. Ao dialogarmos, não estamos apenas compartilhando informações; estamos, de fato, “vendo o mundo a partir do ponto de vista do outro”. Essa capacidade de expandir a nossa própria perspectiva é a essência do pensamento arendtiano sobre a política e a ética.

Arendt cunhou a expressão “pensar sem corrimão” (ARENDT, 2021) para descrever a capacidade de refletir e julgar sem se apoiar em dogmas, ideologias ou certezas absolutas. Em momentos de crise, quando as estruturas tradicionais de poder e verdade parecem ruir, essa habilidade se torna essencial. É a coragem de questionar o senso comum e de examinar a realidade de forma autônoma, sem buscar refúgio em soluções prontas ou consensos pré-estabelecidos. É um exercício de liberdade intelectual que nos permite resistir à manipulação e à conformidade.

A ausência dessa reflexão, por sua vez, pode levar à “banalidade do mal”, um dos conceitos mais impactantes de Arendt. Esse conceito, desenvolvido a partir de sua análise do

juízo de Adolf Eichmann (ARENDT, 1999), não se refere a uma maldade monstruosa, mas sim à ausência de pensamento e à incapacidade de julgar o que é certo ou errado. Arendt observou que Eichmann não agia por uma convicção ideológica profunda, mas por uma obediência cega e uma falta de reflexão sobre as consequências de suas ações. A “banalidade do mal” nos alerta para o perigo de nos tornarmos meros instrumentos de um sistema, desprovidos da capacidade de julgar e de nos posicionar eticamente.

O diálogo e a reflexão são antídotos poderosos contra a precipitação e a “banalidade do mal”. Ao dialogar, promovemos a empatia, nos colocando no lugar do outro e compreendendo a complexidade das diferentes realidades. Essa troca de perspectivas não só nos torna mais humanos, mas também nos capacita a identificar soluções que levam em conta a complexidade da realidade, em vez de se basearem em visões simplistas ou polarizadas. Em suma, o ato de pensar e de dialogar não é apenas uma prática intelectual, mas um compromisso ético fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e resistente em tempos de crise.

2. Priorizar o bem-estar coletivo e discernir os sinais de esperança

A ética em tempos de crise exige que olhemos além de nós mesmos. A prioridade deve ser o bem-estar da comunidade, especialmente dos mais vulneráveis. Essa perspectiva de colocar o coletivo acima do individual é uma premissa fundamental que ganha ainda mais força em momentos de grande dificuldade. Uma das tradições filosóficas que aborda essa questão é o utilitarismo, que defende que a ação moralmente correta é aquela que maximiza a felicidade ou o bem-estar do maior número de pessoas.

Pensadores como Jeremy Bentham e John Stuart Mill foram pioneiros nesse pensamento. Para eles, a moralidade de uma ação deve ser medida por suas consequências. A melhor escolha é aquela que produz o maior saldo positivo de felicidade para o maior número de indivíduos. Em uma crise, isso significa que decisões éticas não podem ser tomadas com base em ganhos pessoais ou de grupos restritos, mas sim considerando o impacto geral na sociedade. Por exemplo, em uma crise de saúde pública, a decisão de priorizar a distribuição de recursos médicos para aqueles que mais precisam, em vez de quem pode pagar mais, é uma ação que reflete um princípio utilitarista de maximizar o bem-estar coletivo (MILL, 2020).

Além da perspectiva filosófica, a ética em meio à crise também pode ser abordada sob um viés teológico e espiritual. A partir dessa ótica, o discernimento ético envolve identificar e valorizar os “sinais dos tempos” ou os “sinais de esperança”. Essa ideia sugere que, mesmo em situações de profundo sofrimento e desolação, há gestos e movimentos que indicam a presença do bem, da solidariedade e da dignidade humana. A Igreja Católica, por exemplo, no Concílio Vaticano II (1962-1965), em sua constituição pastoral *Gaudium et Spes*, incentivou a comunidade a “investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho” (GS, n. 4).

Isso significa que a ética não se limita a lamentar a situação, mas exige uma postura ativa de busca por esperança. Em meio ao caos, é preciso enxergar e dar valor aos gestos de solidariedade que emergem. São os voluntários que ajudam os desabrigados, os movimentos sociais que lutam por justiça, as iniciativas de cuidado com o próximo e as ações que promovem a dignidade humana. Esses atos não são apenas exceções; eles são sinais concretos de um futuro possível e de uma resistência ética que se manifesta na ação.

Essa visão se alinha perfeitamente com a ética do cuidado, desenvolvida pela psicóloga Carol Gilligan. Ao contrário de uma ética baseada em regras abstratas, a ética do cuidado foca nas relações e na responsabilidade mútua. Ela nos convida a agir com base na empatia e na conexão com os outros (GILLIGAN, 1993). Em um cenário de crise, a ética do cuidado se torna um imperativo para a solidariedade, pois nos lembra que somos interdependentes e que o bem-estar de um indivíduo está intrinsecamente ligado ao bem-estar de toda a comunidade. Portanto, priorizar o bem-estar coletivo não é apenas um cálculo utilitário, mas um ato de cuidado, discernimento e esperança.

3. Agir com responsabilidade e transparência

A responsabilidade ética exige transparência nas ações e decisões. Em tempos de crise, a honestidade e a clareza na comunicação não são apenas virtudes, mas pilares essenciais para a construção da confiança. A desinformação se espalha rapidamente e pode agravar o caos, minando a coesão social. Por isso, a transparência se torna um ato de integridade que fortalece a comunidade e permite que as pessoas tomem decisões informadas.

O filósofo Immanuel Kant, um dos pilares da ética deontológica, oferece uma base sólida para essa ideia. Para Kant, a moralidade não reside nas consequências de uma ação, mas na sua intenção e no cumprimento do dever. Uma ação é moralmente correta se for realizada por dever, e não por interesse ou inclinação. A responsabilidade, para Kant, não é apenas um resultado esperado, mas uma intenção pura: a decisão de agir com honestidade deve ser um fim em si mesma.

A ferramenta central da ética kantiana é o “imperativo categórico” (KANT, 2008), que ele formulou de diversas maneiras. A formulação mais conhecida é: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Isso nos convida a pensar se nossas ações, como a transparência, poderiam ser adotadas por todos sem contradição. Por exemplo, se a mentira e a opacidade fossem universalizadas, a comunicação perderia todo o seu valor, tornando impossível a confiança e a cooperação. Portanto, a transparência não é uma opção, mas um dever moral.

Além de Kant, podemos complementar essa visão com a perspectiva de outros pensadores. O filósofo da responsabilidade Hans Jonas, por exemplo, ampliou o conceito de responsabilidade para além do âmbito humano. Em sua obra *O Princípio Responsabilidade* (JONAS, 2006), ele argumenta que a responsabilidade ética deve se estender às gerações

futuras e à própria natureza. Para Jonas, a ética em tempos de crise não pode ser apenas sobre o presente; ela exige uma responsabilidade de longo prazo, ou seja, uma preocupação com as consequências de nossas ações para o futuro. A transparência, nesse sentido, se torna um dever para garantir que as futuras gerações não sejam prejudicadas por decisões tomadas no presente sem a devida prestação de contas.

Finalmente, a ideia de responsabilidade também pode ser vista pela ótica da ética da virtude, que remonta a Aristóteles. Para Aristóteles, a ética não se trata apenas de seguir regras, mas de desenvolver um caráter virtuoso. A transparência e a honestidade são, portanto, virtudes que devem ser cultivadas por indivíduos e instituições. Uma pessoa ou uma organização virtuosa age com responsabilidade e transparência não porque é obrigada a fazê-lo, mas porque é parte de quem ela é. Essa abordagem nos lembra que a ética em tempos de crise não é apenas uma questão de dever, mas um esforço contínuo para cultivar um caráter íntegro e confiável.

4. Considerar os princípios universais da ética e a teologia da criação

Em meio a decisões difíceis e ao caos da crise, a referência a princípios éticos universais serve como um guia seguro. Esses princípios transcendem culturas e tempos, oferecendo uma bússola moral para a ação. A ética das virtudes, enraizada na filosofia de Aristóteles, nos oferece uma abordagem poderosa. Em vez de focar apenas em regras ou consequências, Aristóteles se concentra no caráter do agente moral. Para ele, a vida virtuosa é aquela que busca a *eudaimonia*, um conceito frequentemente traduzido como felicidade ou florescimento humano. A *eudaimonia* não é um prazer momentâneo, mas uma vida plena e bem-sucedida, alcançada pela prática consistente de virtudes como a justiça, a equidade e a solidariedade. A pessoa virtuosa age eticamente porque desenvolveu um bom caráter, e não apenas porque segue uma regra.

Essa busca por virtudes universais encontra um profundo eco na perspectiva teológica, especialmente na doutrina da criação. A teologia da criação, com sua base bíblica, não é apenas um relato sobre as origens do universo; é, acima de tudo, um fundamento para a ética e a dignidade humana. A ideia central é que todos os seres humanos são criados “à imagem e semelhança de Deus” (*imago Dei*). Essa afirmação, encontrada no livro de Gênesis (Gn 1,26-27), confere a cada indivíduo uma dignidade intrínseca e inalienável.

Essa dignidade é o alicerce para o respeito à vida, à liberdade e aos direitos de todos, independentemente de sua origem, condição social ou crença. Como aponta a teologia, a imagem de Deus não é algo que se conquista, mas algo que se recebe no ato da criação. Ela não pode ser perdida ou retirada, o que a torna um princípio universal e inviolável. Essa dignidade intrínseca se opõe a qualquer forma de instrumentalização ou objetificação do ser humano, lembrando-nos que cada pessoa é um fim em si mesma, e não um meio para atingir um fim.

A solidariedade, nesse sentido, transcende a mera virtude humana. Ela se torna uma resposta teológica ao chamado divino de cuidar da criação e do próximo. O teólogo Jürgen Moltmann, por exemplo, em sua teologia ecológica, ressalta que a criação não é apenas um

palco para a ação humana, mas uma rede de relações onde tudo está interligado (MOLTMANN, 1993). A responsabilidade do ser humano, como “coroa da criação”, não é de dominar a natureza de forma despótica, mas de ser um corregente de Deus, um zelador de toda a criação. E como afirma o Papa Francisco: “Tudo está interligado, e isso nos convida a amadurecer uma espiritualidade da solidariedade global que brota do mistério da Trindade” (LS, 240).

Em um cenário de crise, a solidariedade se manifesta como um dever moral e teológico. Não se trata de uma simples caridade, mas de uma resposta à própria natureza do ser humano, criado à imagem de um Deus relacional e amoroso. Cuidar dos mais vulneráveis, promover a justiça social e lutar pela dignidade humana são, para a teologia da criação, não apenas boas ações, mas atos que reafirmam o valor da vida e a interconexão de toda a criação. Essa visão oferece uma esperança robusta, pois nos lembra que, mesmo em meio ao sofrimento, o valor da vida e a dignidade de cada pessoa permanecem intactos, enraizados no próprio ato criador de Deus².

5. Avaliar as consequências das ações e agir com esperança

A reflexão sobre as consequências de nossas decisões é um passo crucial no discernimento ético, especialmente em tempos de crise. As escolhas que fazemos hoje reverberam no futuro, moldando o tecido social e afetando a vida de inúmeras pessoas. O sociólogo e filósofo Richard Sennett, em suas análises sobre a cooperação e a vida urbana, destaca a importância das “práticas éticas” (SENNETT, 2006). Ele mostra como essas práticas não são meros códigos abstratos, mas são moldadas pelas consequências de nossas ações no dia a dia. Para Sennett, a ética se manifesta na forma como colaboramos, respeitamos o outro e construímos a confiança mútua em ambientes complexos.

A crise, no entanto, pode gerar um sentimento de paralisia. O peso das consequências e a incerteza do futuro podem nos levar à inação. É nesse ponto que a teologia adiciona a dimensão crucial da esperança. O renomado teólogo protestante Jürgen Moltmann, com sua teologia da esperança, oferece uma perspectiva profundamente transformadora. Para Moltmann, a esperança não é um sentimento passivo ou um otimismo ingênuo que nega a realidade do sofrimento. Pelo contrário, é uma força ativa que impulsiona a ação e a transformação. A esperança cristã se baseia na promessa de um futuro melhor, que se manifesta na ressurreição de Cristo, e que nos encoraja a agir mesmo quando o resultado parece incerto ou a vitória distante (MOLTMANN, 2005).

Moltmann argumenta que a esperança não é uma fuga do mundo, mas um compromisso radical com o mundo. Ela nos permite viver em uma “tensão dialética” entre a realidade do presente e a promessa do futuro. Essa esperança nos capacita a suportar o sofrimento, a resistir

² Para uma análise teológica, ver GRESHAKE, Gisbert. *Escatologia*. In: LACOST. Dicionário crítico de teologia. São Paulo: Paulinas & Loyola, 2004.

à desesperança e a agir em prol da justiça, da dignidade e da solidariedade. Para ele, a fé e a esperança não nos permitem apenas entender o mundo, mas nos impulsionam a transformá-lo.

Nesse sentido, a avaliação das consequências não se torna um exercício de previsão fatalista, mas é complementada por uma ação esperançosa. Isso significa que, mesmo diante de um resultado incerto, a ação justa tem um valor em si mesma. O ato de resistir, de cuidar e de lutar pela dignidade já é, por si só, um testemunho da esperança. Como disse o teólogo e ativista Martin Luther King Jr.: “A fé é dar o primeiro passo mesmo quando você não vê a escada inteira”³. Em uma crise, a esperança teológica nos convida a dar esse primeiro passo, confiando que, mesmo em meio à escuridão, a luz da ação ética pode abrir caminho para um futuro mais justo.

6. Buscar sabedoria e humildade na relação com o Outro

Em tempos de incerteza, a humildade se torna uma virtude essencial. O filósofo Emmanuel Levinas coloca a responsabilidade pelo Outro no centro de sua filosofia. Para Levinas, a moralidade não começa com um código de leis, mas com a experiência do encontro com o “rosto do Outro” (LEVINAS, 1993). O Outro se apresenta em sua vulnerabilidade e, nesse encontro, somos convocados a uma responsabilidade infinita. Essa responsabilidade é anterior a qualquer escolha racional. Em tempos de crise, a vulnerabilidade do Outro se torna ainda mais evidente. A humildade, nesse sentido, é a postura de reconhecer que não temos todas as respostas e que a sabedoria reside em nossa capacidade de responder a essa convocação ética, aprendendo continuamente com o sofrimento e as necessidades alheias.

Em tempos de incerteza, a humildade se torna uma virtude essencial, pois nos força a reconhecer os limites do nosso próprio conhecimento e poder. O filósofo Emmanuel Levinas nos oferece uma das mais profundas reflexões sobre essa questão, ao colocar a responsabilidade pelo Outro no centro de sua filosofia. Para Levinas, a moralidade não começa com um código de leis ou com a racionalidade do sujeito, mas com a experiência radical do encontro com o “rosto do Outro”.

O “rosto”, na filosofia de Levinas, não é apenas uma face física. É a manifestação da vulnerabilidade e da alteridade absoluta do Outro. Quando o Outro se apresenta diante de nós, em sua nudez e fragilidade, ele nos lança um imperativo: “Não matarás”. Essa convocação ética não é uma escolha racional, mas uma responsabilidade infinita e anterior a qualquer deliberação. A moralidade, para Levinas, é uma resposta a esse chamado. Em tempos de crise, a vulnerabilidade do Outro – seja um refugiado, uma vítima de catástrofe ou um doente – se torna ainda mais evidente e urgente. A crise nos confronta diretamente com o rosto do Outro, tornando impossível a indiferença.

³ A citação é amplamente atribuída a Martin Luther King Jr., mas é importante notar que ela não aparece em seus discursos ou escritos de forma literal e explícita. Essa frase é uma paráfrase ou uma adaptação de uma ideia central presente em seu pensamento e pregações sobre fé, esperança e ação.

Essa responsabilidade infinita nos leva a uma postura de humildade. Ela é a atitude de reconhecer que não temos todas as respostas e que a sabedoria não reside apenas no conhecimento, mas na nossa capacidade de responder a essa convocação ética. A verdadeira sabedoria reside em aprender continuamente com o sofrimento e as necessidades alheias. É a humildade que nos permite escutar, acolher e agir, em vez de impor nossas próprias soluções.

Essa perspectiva se torna particularmente relevante diante de questões atuais, como:

- A crise humanitária de refugiados e migrantes: O encontro com o rosto do refugiado nos convoca a uma responsabilidade imediata. A filosofia de Levinas nos desafia a ir além das políticas de imigração e das estatísticas, para enxergar cada pessoa em sua dignidade e vulnerabilidade, respondendo à sua necessidade de acolhimento e segurança. A humildade aqui se manifesta na disposição de acolher o Outro sem exigir que ele se conforme às nossas expectativas ou normas.
- A polarização e as redes sociais: No ambiente digital, a interação é mediada por telas, o que pode levar à desumanização do Outro. A ausência do “rosto” do Outro facilita a violência verbal e a indiferença. A ética de Levinas nos convida a resgatar a experiência do encontro face a face, lembrando que por trás de cada perfil digital existe uma pessoa com sua própria vulnerabilidade. A humildade aqui é a disposição de ouvir o diferente, mesmo que discorde, e de reconhecer sua humanidade.
- A ética do cuidado em saúde e assistência social: Profissionais de saúde, assistentes sociais e voluntários atuam diretamente com a vulnerabilidade do Outro. A ética levinasiana é um fundamento para a ética do cuidado, que não se baseia apenas em procedimentos, mas na primazia da relação com o paciente, com o assistido. A humildade é fundamental para reconhecer a dignidade do paciente e responder às suas necessidades, sem reduzir sua existência a um diagnóstico ou um número.

Em suma, a humildade, na visão de Levinas, não é fraqueza, mas a força de quem se deixa interpelar pelo Outro. Em tempos de crise, essa postura ética nos capacita a agir com responsabilidade e compaixão, construindo pontes em vez de muros.

Conclusão

O discernimento ético em tempos de crise não é um mero exercício intelectual, mas uma postura ativa e contínua diante da complexidade do mundo. As pistas éticas e teológicas aqui apresentadas – a valorização da reflexão e do diálogo (Arendt), a priorização do bem-estar coletivo e o discernimento dos sinais de esperança (utilitarismo e Concílio Vaticano II), a ação com responsabilidade e transparência (Kant e Jonas), a consideração dos princípios universais (Aristóteles e teologia da criação), a avaliação das consequências aliada à ação esperançosa (Sennett e Moltmann), e a busca por sabedoria e humildade na relação com o Outro (Levinas) – convergem para um chamado à ação consciente.

Em meio à tempestade, somos convidados a ser agentes de transformação, cultivando uma ética que não se dobra ao desespero, mas que se nutre da esperança. As crises, em sua essência, revelam a fragilidade de nossas estruturas, mas também a resiliência do espírito humano e a capacidade de reinventar caminhos. Ao integrar a filosofia moral e a teologia, este artigo buscou oferecer não um manual de soluções prontas, mas um guia para a jornada do discernimento, capacitando indivíduos e comunidades a responder aos desafios com integridade, solidariedade e fé. Assim, enfrentamos as crises não apenas com coragem, mas com a convicção de que cada ato ético e esperançoso contribui para a construção de um futuro mais resiliente, solidário e digno para todos.

Questões para reflexão:

1. O Papel da Razão e da Fé no Discernimento Ético

O texto propõe uma abordagem interdisciplinar, integrando a filosofia moral (razão) e a teologia (fé) para o discernimento ético em tempos de crise. De que forma a articulação entre a razão (representada por pensadores como Arendt, Kant e Aristóteles) e a fé (exemplificada pela ética da esperança de Moltmann e a teologia dos "sinais dos tempos") pode fortalecer a tomada de decisões éticas diante de crises complexas, indo além da simples aplicação de regras?

2. Do Individual ao Coletivo: A Responsabilidade em Crise

O artigo destaca a importância de priorizar o bem-estar coletivo e agir com responsabilidade e transparência. Em um cenário de crises multifacetadas, como a responsabilidade individual e coletiva – que se estende às gerações futuras (Hans Jonas) e à dignidade intrínseca de cada ser humano (teologia da criação) – pode ser efetivamente cultivada para promover a solidariedade e a justiça social, superando a polarização e a “banalidade do mal” (Hannah Arendt)?

3. A Esperança como Força Propulsora da Ação

A “teologia da esperança” de Jürgen Moltmann é apresentada como uma dimensão crucial para a ação ética, mesmo diante da incerteza. Como a esperança ativa – que não nega o sofrimento, mas impulsiona à ação justa e transformadora – pode ser nutrida em meio à “modernidade líquida” de Zygmunt Bauman, capacitando indivíduos e comunidades a resistir à paralisia e ao desespero, e a enxergar os “sinais de esperança” que emergem mesmo nas situações mais adversas?

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. *Pensar sem corrimão: Compreender 1953-1975*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Petrópolis: Vozes, 2024. Coleção: Pensamento Humano.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes: Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Atual*. Em: DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2017, pp. 539-661.
- FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si: Sobre o Cuidado da Casa Comum*. Brasília: CNBB, 2015.
- GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

- GRESHAKE, Gisbert. *Escatologia*. In: LACOST. Dicionário crítico de teologia. São Paulo: Paulinas & Loyola, 2004.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC Rio, 2006.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito: Ensaio sobre a Exterioridade*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MILL, John Stuart. *Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- MOLTMANN, Jürgen. *Deus na criação: doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MOLTMANN, Jürgen. *Teologia da Esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã*. São Paulo: Loyola, 2005.
- SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.